

aprova
concursos

PC-MG

Delegado de Polícia Substituto

Polícia Civil do
Estado de
Minas Gerais



Edital **verticalizado**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. PROGRAMA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1.1 Constituição: Conceito, concepções, teorias e classificação.
- 1.2 Teoria das normas constitucionais: Conceito, classificação e aplicabilidade.
- 1.3 Hermenêutica, interpretação e aplicação da Constituição.
 - 1.3.1 Princípios e regras de interpretação da Constituição.
 - 1.3.1.1 Interpretação conforme a Constituição: com redução do texto e sem redução do texto.
 - 1.3.1.2. A nova interpretação constitucional. O novo Direito Constitucional Brasileiro.
- 1.4 Dinâmica constitucional: recepção, desconstitucionalização e repristinação. Mutações constitucionais.
- 1.5 Teoria do Poder Constituinte: Originário, Derivado e Decorrente.
 - 1.5.1 Reforma e Revisão Constitucional.
- 1.6 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- 1.7 Preâmbulo, normas programáticas e princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
 - 1.7.1 Forma de Estado e de Governo, Sistema de Governo e Regime Político.
 - 1.7.2 Estado Democrático de Direito: Fundamento, conceito e implicações.
 - 1.7.3 Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
 - 1.7.3.1 Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.
 - 1.7.3.1.1 Fundamentos constitucionais e doutrinários dos princípios da legalidade e isonomia.
 - 1.7.3.1.2 Regime constitucional da propriedade.
 - 1.7.3.1.3 Tutela Constitucional das Liberdades: Habeas Corpus, Habeas Data, Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança Individual e Coletivo, Mandado de Injunção, Direito de Petição.
 - 1.7.3.2 Direitos Sociais.
 - 1.7.3.3 Nacionalidade.
 - 1.7.3.4 Direitos Políticos.
- 1.8 Da Organização do Estado: Organização Político-Administrativa da República Federativa do Brasil.
 - 1.8.1 União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
 - 1.8.2 Da intervenção federal e dos Estados nos Municípios.
 - 1.8.3 Da Administração Pública: Princípios constitucionais e servidores públicos.
- 1.9 Da Organização dos Poderes: Estrutura e Competência.
 - 1.9.1 Poder Legislativo.
 - 1.9.1.1 Do Processo Legislativo.

- 1.9.1.1.1 Judicialização do processo legislativo.
- 1.9.2 Poder Executivo.
- 1.9.3 Poder Judiciário.
 - 1.9.3.1 Do Conselho Nacional de Justiça.
- 1.10 Funções essenciais à Justiça.
 - 1.10.1 Do Ministério Público.
 - 1.10.2 Da Advocacia Pública.
 - 1.10.3 Da Advocacia e da Defensoria Pública.
- 1.11 Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
 - 1.11.1 Do estado de defesa e do estado de sítio.
 - 1.11.2 Das Forças Armadas.
 - 1.11.3 Da Segurança Pública.
- 1.12 Jurisdição constitucional e controle de constitucionalidade.
 - 1.12.1 Teoria do Controle de Constitucionalidade: os sistemas Austríaco e Norte-Americano.
 - 1.12.1.1 Controle difuso.
 - 1.12.1.2 Controle concentrado.
 - 1.12.1.3 Ações e processamento no Supremo Tribunal Federal: Leis nº 9.868/99 e nº 9.882/99.
 - 1.12.1.3.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade.
 - 1.12.1.3.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
 - 1.12.1.3.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade.
 - 1.12.1.3.4 Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental.
- 1.13 A Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.
 - 1.13.1 Dos Serviços Públicos.
 - 1.13.2 Dos Servidores Públicos.
 - 1.13.2.1 Dos Servidores Policiais Cíveis e dos Militares do Estado.
 - 1.13.3 Da segurança do cidadão e da sociedade.
 - 1.13.3.1 Da Defesa Social.
 - 1.13.3.2 Da Segurança Pública.

Referência Bibliográfica:

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Direito Processual Constitucional: Aspectos Contemporâneos. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.
- BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: Os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

- BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição. 7ª ed. São Paulo: Saraiva.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
- BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. 10ª ed. São Paulo, Saraiva, 2017.
- CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional. 21ª ed. Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2015.
- MENDES, Gilmar Ferreira Mendes; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. 9ª ed. Curso de Direito Constitucional. Salvador: Juspodivm, 2017.
- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 33ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 40ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2017.
- TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal (atualizada).
- MINAS GERAIS. Constituição (1989). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (atualizada).

2. PROGRAMA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 2.1 Direito Administrativo.
 - 2.1.1. Natureza jurídica e conceito.
 - 2.1.2. Objeto e abrangência.
 - 2.1.3. Princípios constitucionais do Direito Administrativo Brasileiro.
- 2.2. Administração Pública.
 - 2.2.1. Conceito.
 - 2.2.2. Regimes Público e Privado na Administração Pública.
 - 2.2.3. Regime Jurídico Administrativo.
 - 2.2.4. Princípios da Administração Pública.
 - 2.2.5. Organização Administrativa:
 - 2.2.5.1. Centralização, descentralização, desconcentração.
 - 2.2.5.2. Administração direta, Administração indireta e Entidades Paraestatais.
 - 2.2.5.3. Autarquias.
 - 2.2.5.4. Fundações Públicas.
 - 2.2.5.5. Empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - 2.2.5.6. Parcerias entre a Administração Pública e o Terceiro Setor.

- 2.3. Servidores Públicos.
 - 2.3.1. Agentes públicos.
 - 2.3.2. Classificação dos agentes públicos.
 - 2.3.3. Os servidores estatais na CR/88.
 - 2.3.4. Os cargos públicos.
 - 2.3.5. Provimento em cargo público: Conceito e formas.
 - 2.3.6. Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários.
 - 2.3.7. Sindicância e Processo administrativo.
- 2.4. Poderes da Administração Pública.
 - 2.4.1. Poder vinculado.
 - 2.4.2. Poder discricionário.
 - 2.4.3. Poder normativo ou Poder regulamentar.
 - 2.4.4. Poder hierárquico.
 - 2.4.5. Poder disciplinar.
 - 2.4.6. Poder de polícia.
- 2.5. Atos Administrativos.
 - 2.5.1. Conceito.
 - 2.5.2. Classificação.
 - 2.5.3. Atributos.
 - 2.5.4. Elementos ou requisitos.
 - 2.5.5. Discricionariedade e vinculação.
 - 2.5.6. Espécies de atos administrativos.
 - 2.5.7. Extinção.
 - 2.5.8. Convalidação.
 - 2.5.9. Conversão.
- 2.6. Controle da Administração Pública.
 - 2.6.1. Conceito.
 - 2.6.2. Classificação das formas de controle.
 - 2.6.3. Controle administrativo.
 - 2.6.4. Controle legislativo.
 - 2.6.5. Controle judicial.
- 2.7. Responsabilidade Extracontratual do Estado.
 - 2.7.1. Conceito.
 - 2.7.2. Evolução.
 - 2.7.3. Responsabilidade Objetiva da Administração Pública (art. 37, §6º da CR/88).
 - 2.7.4. Responsabilidade Subjetiva da Administração Pública.
 - 2.7.5. Causas Excludentes e atenuantes da responsabilidade.
 - 2.7.6. Responsabilidade do Estado por atos legislativos.
 - 2.7.7. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais.
 - 2.7.8. Reparação do dano.
- 2.8. Constituição da República Federativa do Brasil: art. 37 ao art.43.

- 2.9. Constituição do Estado de Minas Gerais: art. 13 ao art. 38.
- 2.10. Lei Complementar Estadual nº 129/2013 - Lei Orgânica da Polícia Civil (atualizada)
- 2.11. Lei Estadual nº 5.406/69 – Lei Orgânica da Polícia Civil (parcialmente revogada): Regime disciplinar (Art. 142 ao art. 205).
- 2.12. Decreto Estadual nº 46.549/2014 (Regulamento do Plano de Carreira dos Policiais Cíveis do Estado de Minas Gerais).
- 2.13. Lei Federal nº 8.429/92 (atualizada).
- 2.14. Lei Federal nº 9.784/99 (atualizada).
- 2.15. Lei Federal nº 12.016/2009 (atualizada).
- 2.16. Lei Federal nº 13.303/2016 (atualizada).

Referência Bibliográfica:

- ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Administrativo Descomplicado. Marcelo Alexandrino, Vicente Paulo. 30ª ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Método, 2021.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 35ª ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2021.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 35ª ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2021.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- MINAS GERAIS. [Constituição (1989)]. Constituição do Estado de Minas Gerais (atualizada) – disponível em <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil (atualizada) – disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

3. PROGRAMA DE DIREITO CIVIL

- 3.1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: eficácia, conflito e interpretação das Leis.
- 3.2. Das pessoas
 - 3.2.1. Das pessoas naturais e jurídicas.
 - 3.2.2. Do embrião.
 - 3.2.3. Personalidade.
 - 3.2.4. Capacidade.
 - 3.2.5. Registro.
 - 3.2.6. Representação.

- 3.2.7. Responsabilidade.
- 3.3 Das diferentes classes de bens.
- 3.4 Do Fato, do Ato e do Negócio Jurídico.
 - 3.4.1. Condições de validade e eficácia.
 - 3.4.2. Modalidades e defeitos.
- 3.5. Dos Atos Ilícitos. Da Responsabilidade Civil.
- 3.6. Da Prescrição e da Decadência.
- 3.7. Das Obrigações. Modalidades e efeitos.
- 3.8. Dos contratos em geral.
 - 3.8.1. Espécies de contratos e seus efeitos.
 - 3.8.2. Código de Defesa do Consumidor.
- 3.9. Dos Direitos Reais.
 - 3.9.1. Da posse, da propriedade e dos direitos reais sobre coisas alheias.
- 3.10. Do Direito de Família.
 - 3.10.1. Do casamento.
 - 3.10.2. Da união estável.
 - 3.10.3. Do parentesco.
 - 3.10.4. Das medidas protetivas.
 - 3.10.5. O Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - 3.10.6. Regime de Bens.
 - 3.10.7. Separação e Divórcio.
- 3.11. Do Direito das Sucessões.
 - 3.11.1. Da sucessão legítima e testamentária.
 - 3.11.2. Do inventário e da partilha.
- 3.12. Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.
- 3.13. Lei nº 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso.
- 3.14. Lei nº 13.146, de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Referência Bibliográfica:

- AMARAL, Francisco. Direito civil: introdução. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- AZEVEDO, Antônio Junqueira. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2000.
- FIUZA, César. Direito civil: curso completo. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- GOMES, Orlando; FACHIN, Luiz Edson. Direitos reais. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- RIZZARDO, Arnaldo. Direito de família. Rio de Janeiro: Forense, 2006. Direito das sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. 4.

4. PROGRAMA DE DIREITO PENAL

- 4.1. Conceito, funções e características do Direito Penal. Evolução do Direito Penal e do Direito Penal brasileiro. Fontes e princípios do Direito Penal. Doutrinas, escolas e tendências penais. Direito penal do fato e do autor. Direito penal do inimigo.
- 4.2. Teoria da norma penal. Lei penal: fontes, características, interpretação, integração, vigência e aplicação. A lei penal no tempo e no espaço. A lei penal em relação às pessoas. Conflito aparente de normas.
- 4.3. Teoria do crime: conceito de crime, evolução histórica e principais sistemas. Bem jurídico. Dano e perigo. Teoria da conduta. Condutas comissivas e omissivas. Classificação das infrações penais.
- 4.4. Teoria do tipo penal. Classificações. Tipicidade. Tipos dolosos e culposos. Fases de realização do crime. Consumação e tentativa. Exaurimento. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível. Relação de causalidade. Imputação. Imputação objetiva.
- 4.5. Ilicitude e causas excludentes. Culpabilidade e dirimentes. Imputabilidade penal. Erro de tipo e de proibição.
- 4.6. Do concurso de pessoas.
- 4.7. Teoria geral das penas. Penas em espécie. Aplicação, dosimetria e regime de cumprimento das penas. Suspensão condicional da Pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação.
- 4.8. Medidas de segurança.
- 4.9. Concurso de crimes. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. Limites das penas.
- 4.10. Ação penal.
- 4.11. Extinção da punibilidade.
- 4.12. Crimes contra a pessoa
- 4.13. Crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial.
- 4.14. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos.
- 4.15. Crimes contra a dignidade sexual
- 4.16. Crimes contra a família
- 4.17. Crimes contra a incolumidade pública
- 4.18. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública
- 4.19. Crimes contra a administração pública

4.20. Legislação Penal Especial: Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941) (atualizado); Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84) (atualizada); Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) (atualizada); Crimes Resultantes de Preconceito (Lei nº 7.716/1989) (atualizada); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) (atualizada); Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990) (atualizada); Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) (atualizada); Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária e Ordem Econômica (Lei nº 8.176/1991) (atualizada); Dos Crimes contra a Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996) (atualizada); Crimes contra a Propriedade Intelectual de Programa de Computador (Lei nº 9.609/1998) (atualizada); Lei de Crimes de Lavagem e Ocultação de Bens, Direitos e Valores (Lei nº 9.613/1998) (atualizada); Lei de Crimes de Tortura (Lei nº 9.455/1997) (atualizada); Crimes de trânsito (Lei nº 9.503/1997) (atualizada); Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998) (atualizada); Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) (atualizada); Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) (atualizada); Lei para Coibir a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) (atualizada); Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006) (atualizada); Organizações Criminosas. Lei nº 12.850/2013 (atualizada); Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (atualizada)

Referência Bibliográfica:

- BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. 12 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte geral. Vol. 1. 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2021.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 2. 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2021
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 3. 17. ed., São Paulo: Saraiva, 2021.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 4. 24.ed., São Paulo: Saraiva, 2020.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 5. 15.ed., São Paulo: Saraiva, 2021.
- COSTA, André de Abreu. Penas e Medidas de Segurança: Fundamentos e individualização. 4ª edição. Belo Horizonte: Conhecimento, 2021.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Vol. 1. 23. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2021.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Vol. 2. 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2021.

- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Vol. 3. 18.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2021.
- LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial comentada. Salvador: JusPodivm, 2021.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal: Parte Geral. 9ª edição. São Paulo: Tirant Brasil, 2020.
- ZAFFARONI, Eugênio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. Parte Geral. 11.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

5. PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 5.1 Sistemas processuais.
 - 5.1.1 Inquisitivo.
 - 5.1.2 Acusatório.
 - 5.1.3 Misto.
- 5.2 Princípios Jurídicos e Políticos do Processo Penal.
- 5.3 Interpretação da Lei Processual Penal.
- 5.4 Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço.
- 5.5 Inquérito Policial, Termo Circunstanciado de Ocorrência e outros procedimentos de caráter investigatório.
- 5.6 Prisão Provisória.
 - 5.6.1 Prisão em Flagrante.
 - 5.6.2 Prisão Preventiva.
 - 5.6.3 Prisão Temporária.
- 5.7 Liberdade Provisória.
 - 5.7.1 Liberdade Permitida e Liberdade Vedada.
 - 5.7.2 Liberdade Provisória com fiança.
 - 5.7.3 Liberdade Provisória sem fiança.
 - 5.7.4 Liberdade Obrigatória e Termo de Compromisso de Comparecimento.
- 5.8 Medidas cautelares.
 - 5.8.1 Prisão domiciliar
 - 5.8.2 Comparecimento periódico em juízo.
 - 5.8.3 Proibição de acesso e frequência a determinados lugares.
 - 5.8.4 Proibição de manter contato com determinada pessoa.
 - 5.8.5 Proibição de ausentar-se da comarca.
 - 5.8.6 Recolhimento domiciliar.
 - 5.8.7 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade econômica/financeira.
 - 5.8.8 Internação provisória.
 - 5.8.9 Fiança.

- 5.8.10 Monitoração eletrônica.
- 5.9 Ação Penal.
- 5.9.1 Classificação e Titularidade.
- 5.9.2 Condições.
- 5.9.3 Decadência, prescrição, preempção, renúncia, perdão e preclusão.
- 5.10 Sujeitos Processuais.
- 5.10.1 Juiz.
- 5.10.2 Ministério Público.
- 5.10.3 Acusado e seu Defensor.
- 5.11 Jurisdição e Competência.
- 5.11.1 Competência racione loci.
- 5.11.2 Competência racione materiae.
- 5.11.3 Competência racione personae.
- 5.11.4 Conexão e Continência.
- 5.11.5 Foro Prevalente.
- 5.12 Procedimentos Comuns e Especiais.
- 5.13 Justiça Penal Consensual.
- 5.13.1 Juizado Especial Criminal, Código de Trânsito Brasileiro, Meio Ambiente, Lei de Drogas, Processos de Competência Originária.
- 5.13.2 Institutos Despenalizadores.
- 5.13.2.1 Transação Penal.
- 5.13.2.2 Composição Civil Extintiva de Punibilidade.
- 5.13.2.3 Suspensão Condicional do Processo.
- 5.13.2.4 Acordo de Não Persecução Penal.
- 5.14 Sentenças.
- 5.15 Prova.
- 5.15.1 Provas Lícitas.
- 5.15.2 Provas Ilegítimas.
- 5.15.3 Quebra de Sigilos Constitucionalmente Protegidos.
- 5.16 Nulidades.
- 5.17 Recursos.
- 5.17.1 Recursos em Geral.
- 5.17.2 Recursos em Espécie.
- 5.18 Questões e Processos Incidentes.
- 5.18.1 Prejudiciais e Exceções.
- 5.18.2 Suspeição e Impedimento.
- 5.18.3 Conflito de Jurisdição.
- 5.18.4 Medidas assecuratórias.
- 5.18.5 Incidente de insanidade mental.
- 5.19 Atos de Comunicação Processual.
- 5.19.1 Citação, intimação e notificação.

5.20 Execução Penal.

5.21 Da Legislação Complementar em matéria Processual Penal. Lei nº 4.898/1965 (atualizada) - Lei de Abuso de Autoridade. Lei nº 7.492/86 (atualizada) – Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Lei nº 8.038/90 (atualizada) – processos perante o Superior Tribunal de Justiça. Lei nº 8.666/93 (atualizada) – Lei de Licitações. Lei nº 9.099/95 e 10.259/2001 (atualizadas) – Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Lei nº 9.296/96 (atualizada) – Interceptação de Comunicações Telefônicas. Lei nº 9.455/97 (atualizada) – Lei de Tortura. Lei nº 9.503/97 (atualizada) – Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 9.605/98 (atualizada) – Lei do Meio Ambiente. Lei nº 9.613/98 (atualizada) - Lei de Lavagem e Ocultação de Bens, Direitos e Valores. Lei nº 11.340/06 (atualizada) - Lei para coibir a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei Maria da Penha. Lei nº 11.343/06 (atualizada) - Lei Antidrogas. Lei nº 12.830/2013 (atualizada) – Lei da Investigação Criminal. Lei nº 12.850/13 (atualizada) – Crime Organizado.

Referência Bibliográfica:

- BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal – 9ª ed. – rev. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021.
- DELMANTO JUNIOR, Roberto. Liberdade e Prisão no Processo Penal - As Modalidades de Prisão Provisória e Seu Prazo - 3ª Ed. – São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2019.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES, Luiz Flávio. Juizados especiais criminais: comentários à lei 9.099. – 3ª. ed. rev. e atual – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antônio Scarance. As nulidades no processo penal – 12ª ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal – 18ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2021.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal – 25ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora Atlas, 2021.

6. PROGRAMA DE MEDICINA LEGAL

6.1 Perícias e Peritos.

6.1.1 Documentos médico-legais.

6.1.2 Quesitos oficiais.

6.1.3 Perícias médicas.

- 6.1.4 Ética médica e pericial.
- 6.1.5 Legislação sobre perícias médico-legais.
- 6.2 Antropologia Médico-legal.
 - 6.2.1 Identidade e identificação.
 - 6.2.2 Identificação judiciária.
- 6.3 Traumatologia Médico-legal.
 - 6.3.1 Lesões corporais sob o ponto de vista jurídico.
 - 6.3.2 Energias de Ordem Mecânica.
 - 6.3.3 Energias de Ordem Química, cáusticos e venenos, embriaguez, toxicomanias.
 - 6.3.4 Energias de Ordem Física: Efeitos da temperatura, eletricidade, pressão atmosférica, radiações, luz e som.
 - 6.3.5 Energias de Ordem Físico-Química: Asfixias em geral. Asfixias em espécie: por gases irrespiráveis, por monóxido de carbono, por sufocação direta, por sufocação indireta, por afogamento, por enforcamento, por estrangulamento, por esganadura, por soterramento e por confinamento.
 - 6.3.6 Energias de Ordem Biodinâmica e Mistas.
- 6.4 Tanatologia Médico-legal.
 - 6.4.1 Tanatognose e cronotanatognose.
 - 6.4.2 Fenômenos cadavéricos.
 - 6.4.3 Necropsia, necropsia.
 - 6.4.4 Exumação.
 - 6.4.5 "Causa mortis".
 - 6.4.6 Morte natural e morte violenta.
 - 6.4.7 Direitos sobre o cadáver.
- 6.5 Sexologia Médico-legal.
 - 6.5.1 Crimes contra a dignidade sexual e provas periciais.
 - 6.5.2 Gravidez, parto, puerpério, aborto, infanticídio.
 - 6.5.3 Reprodução assistida.
 - 6.5.4 Transtornos da sexualidade e da identidade sexual.
- 6.6 Psicopatologia Médico-legal.
 - 6.6.1 Imputabilidade penal e capacidade civil.
 - 6.6.2 Limite e modificadores da responsabilidade penal e capacidade civil.
 - 6.6.3 Repercussões médico-legais dos distúrbios psíquicos.
 - 6.6.4 Simulação, dissimulação e supersimulação.
- 6.7 Embriaguez alcoólica.
 - 6.7.1 Alcoolismo.
 - 6.7.2 Aspectos jurídicos.
- 6.8 Toxicofilias.

Referência Bibliográfica:

- FRANÇA, GENIVAL VELOSO. Medicina Legal. 11ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan Ltda, 2017.
- HERCULES, HYGINO DE CARVALHO. Medicina Legal – Textos e Atlas. 2ª ed., São Paulo: Editora Atheneu, 2014.
- CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (atualizado). Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código Processo Penal – atualizado)
- CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA (atualizado)

7. PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS

- 7.1 Teoria Geral dos Direitos Humanos
- 7.2 O processo histórico de construção e afirmação dos Direitos Humanos
- 7.3 Hermenêutica jurídica dos Direitos Humanos
- 7.4 Democracia, cidadania e Direitos Humanos
- 7.5 Direitos Humanos, minorias e grupos vulneráveis: mulheres, idosos, crianças e adolescentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoa com deficiência, LGBTQIA+, refugiados.
- 7.6 A estrutura normativa do sistema global e do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos
- 7.7 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os Direitos Humanos
 - 7.7.1 O processo de democratização nacional e os Direitos Humanos
 - 7.7.2 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos
- 7.8 Política Nacional de Direitos Humanos
- 7.9 Educação e cultura em Direitos Humanos
- 7.10 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- 7.11 Segurança Pública e Direitos Humanos

Referência Bibliográfica

- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos, segurança pública e promoção da justiça. Passo Fundo: Berthier, 2004.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2021.

- NUCCI, Guilherme de Souza. Direitos humanos versus segurança pública. São Paulo: Forense, 2016.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

8. NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

- 8.1 Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar: conceito, objeto, método, sistema e funções da criminologia.
- 8.2 Fundamentos históricos e filosóficos da Criminologia: precursores, Iluminismo e as primeiras escolas sociológicas. Marcos científicos da Criminologia. A escola liberal clássica do Direito Penal e a Criminologia positivista.
- 8.3 A Moderna Criminologia científica: modelos teóricos explicativos do comportamento criminal. Biologia criminal, Psicologia Criminal e Sociologia Criminal.
- 8.4 Teoria Estrutural-Funcionalista do desvio e da anomia.
- 8.5 Teoria das Subculturas Criminais.
- 8.6 Do “Labeling Approach” a uma criminologia crítica.
- 8.7 Sistema penal e reprodução da realidade social.
- 8.8 Cárcere e marginalidade social.
- 8.9 Modelo consensual de Justiça Criminal.
- 8.10 Criminologia do reconhecimento e dignidade da pessoa humana
- 8.11 (In)visibilidade, reconhecimento e as fontes da violência na comunidade política democrática
- 8.12 A genealogia do imaginário punitivo moderno entre regulação e emancipação
- 8.13 Criminologia, (in)visibilidade e reconhecimento
- 8.14 Criminologia, policiamento e segurança pública no século XXI

Referência Bibliográfica

- BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- CARVALHO, Thiago Fabres de. Criminologia, (in)visibilidade, reconhecimento: o controle penal da subcidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.



ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
SCHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia, 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.





aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br